CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MS 306 S.A.

CNPJ nº 36.128.741/0001-08 - NIRE 54.300.006.475

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis preparadas de acordo com o Internationale Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo Internationale Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. **Perfil da Companhia:** A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.. A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 ("Edital"), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão ("Rodovia e "Concessão"); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020. A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da tarifa de pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia). Atualmente, a Companhia opera três praças de pedágio localizadas ao longo da rodovia MS 306 sob concessão com as seguintes características:

Nome Praça	localização	Tarifa (R$)
Costa Rica - MS - Praça - 01	MS 306 - km 40+300	11,20
Chapadão do Sul - MS - Praça - 02	MS 306 - km 100+600	11,20
Cassilândia - MS - Praça - 03	MS 306 - km 184+600	11,20

Mensagem da Administração: O ano de 2021 e 2022 foram marcados por uma crise sanitária e econômica sem precedentes na história recente. A pandemia do coronavírus atingiu a todos de forma extrema, impactando países, empresas e a sociedade em geral. Observamos em nossas atividades uma escassez de produtos e serviços, e aumento significativo de preços, em especial os derivados de petróleo. Diante deste cenário desafiador, a companhia encerrou o exercício adimplente com todos os compromissos assumidos no contrato de concessão. **Principais Investimentos:** Os investimentos realizados pela empresa em 2022 totalizaram R$ 111,636 milhões de reais. Principais investimentos realizados em 2022 na concessão foram: • Recuperação do pavimento em área de 105 quilômetros totalizando R$ 40,8 milhões. • Implantação de novos acostamentos em área de 80 quilômetros totalizando R$ 32,4 milhões. • Painéis de Mensagens fixos, sistemas de detecção de altura, sistema de controle de velocidade e demais sistemas totalizando R$ 3,5 milhões. • Obras de melhorias operacionais totalizando R$ 33 milhões. **Atendimento aos Usuários:** Em 2022 foram atendidos na rodovia, com a prestação dos seguintes serviços gratuitos ao usuário: 12.144 socorros mecânico, 754 socorros médico/pré-hospitalar, 6.478 inspeções de tráfego, 80 combates a incêndios e nenhuma apreensão de animais, por meio de veículos e equipes de profissionais especializados atuando em toda a extensão da MS-306 sob concessão (219,5 quilômetros), durante 24 horas, todos os dias da semana, proporcionando segurança e conforto aos usuários da rodovia, 365 dias no ano. Para essas atividades foram gerados 199 empregos diretos e mais de 400 empregos indiretos, além dos investimentos na infraestrutura, com benefício para as cidades lindeiras (gerando emprego e pagamento de impostos em especial o I.S.S. QN). **Destaques do Ano 2022 - Implantação de Novos Acostamentos:** A implantação de novos acostamentos totalizando 100% das obras programadas para o ano de 2022. **Perspectivas para o Ano De 2023:** O ano de 2022, foi marcado por fortes transformações no mercado Brasileiro, onde o preço dos combustíveis em especial o diesel, atingiu preços e patamares fora da realidade, atingindo os insumos utilizados pela concessionária como o asfalto e outros bens utilizados em nossos negócios. As perspectivas do ano de 2023 são positivas, com expectativa de crescimento da economia na região, tendo como consequência o aumento do volume de eixos pedagiados e estabilidade dos preços dos insumos. A Companhia trabalha para manter a total adimplência das obrigações contratuais previstas no Contrato de Concessão, bem como seus compromissos com os debenturistas e acionistas.

Comentário de Desempenho Operacional e Financeiro

Receita Operacional R$ milhões	2022	2021	Var.%
Receitas de pedágio	112.004	73.776	52%
Receitas com construção e infraestrutura	111.588	142.616	-22%
Outras Receitas	136	55	147%
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	(32)	(14)	129%
(-) ISS	(5.600)	(3.689)	52%
(-) PIS	(697)	(479)	46%
(-) Cofins	(3.217)	(2.213)	45%
Total	**214.182**	**210.052**	**2%**

Receita de pedágio: A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio, pós-pagos e pedágio eletrônico (A.V.I), são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços. A Companhia iniciou a arrecadação de pedágio em 09 de abril de 2021. **Receita de construção:** A receita de construção provenientes da realização de investimentos no ativo intangível, registrou redução de 22% em comparação ao ano anterior, influenciado principalmente pela conclusão das obras dos trabalhos iniciais previstos em nosso contrato de concessão. A contrapartida desta receita de igual valor está contabilizada como custo de construção.

Custos e despesas e administrativas

Custos e Despesas Administrativas	2022	2021	Var.%
Pessoal	(11.606)	(9.521)	22%
Serviços de terceiros	(10.183)	(10.226)	0 %
Seguros e garantias	(708)	(764)	-7%
Custos contratuais da concessão	(1.636)	(1.502)	9 %
Verba da Polícia Rodoviária Federal	(714)	(627)	14%
Materiais/equipamentos/veículos	(3.490)	(2.990)	17%
Provisão para manutenção	(2.645)	(114)	2220%
Depreciação/amortização	(27.151)	(18.088)	50%
Custos com construção e infraestrutura	(111.588)	(142.616)	-22%
Outros	(1.744)	(1.455)	20%
Total	**(171.465)**	**(187.903)**	**-9%**

Comentamos as principais variações de custos e despesas do exercício: **Pessoal:** A companhia terminou o exercício de 2022, com 199 funcionários diretos, sendo 12 funcionários a mais em comparação com o ano anterior. **Materiais equipamentos e veículos:** Os custos e despesas com matérias, equipamentos e veículos aumentaram 17% em comparação com ano anterior, e está diretamente relacionado ao aumento da frota de veículos e preparação para o início das atividades operacionais na rodovia em 2021. **Provisão para Manutenção:** A Companhia iniciou, no período, a constituição da provisão para manutenção da rodovia para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025. **Depreciação e amortização:** A depreciação e amortização apresenta um aumento de 50% em relação ao ano anterior, devido a Amortização de Intangível transferido para operação e a amortização do direito de outorga iniciada após o início da arrecadação de pedágios em Abril/2021. **Custos com construção e infraestrutura:** A redução de 22% em 31 de dezembro de 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior, deve-se ao término das obras dos trabalhos iniciais na rodovia.

Resultado Financeiro	2022	2021	Var.%
Rendimento de aplicações financeiras	17.294	7.570	128%
Juros ativos	-	243	100%
Descontos obtidos	25	202	-88%
Receita financeira – AVP	7.956	8.314	-4%
Outras receitas financeiras	115	49	135%
Total das receitas financeiras	**25.390**	**16.378**	**55%**
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(824)	(375)	120%
Despesas financeiras	(766)	(717)	7 %
Juros sobre debêntures	(14.397)	(19.439)	-26%
Custos de transação	(3)	(1.597)	-100%
Atualização outorga fixa	(2.115)	(1.456)	45%
Despesas financeira – AVP	(8.226)	(8.323)	-1%
Juros sobre empréstimos	(3)	(711)	-100%
Total das despesas financeiras	**(26.334)**	**(32.618)**	**-19%**
Resultado financeiro líquido	**(944)**	**(16.240)**	**-94%**

O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2022, comparado com 2021, teve uma redução de 94%, em seu saldo negativo, devido ao menor valor de juros das debêntures capitalizados em 2021 atrelado a uma receita de aplicação financeira menor no exercício anterior.

EBITDA	2022	2021
Lucro / (Prejuízo) líquido do período	27.794	(11.455)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	13.978	(5.901)
Resultado financeiro	944	1.661
Provisão para manutenção	2.645	-
Depreciações e amortizações	27.151	240
EBITDA (a)	**72.512**	**40.343**

(a) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. O EBITDA é calculado por: lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações. **Agradecimentos:** A administração da Concessionária de Rodovias MS 306 S.A. registra seu agradecimento ao Governo de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, a AGEMS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul; às Instituições financeiras que apoiam o programa de investimento, em especial os debenturistas; e aos Acionistas da Companhia, que juntos possibilitam a realização desse projeto. Registramos agradecimento especial aos Usuários da Rodovia e, principalmente aos nossos Colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento na consolidação dos objetivos empresariais da Companhia.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	112.358	159.887
Operações a receber	7	6.562	5.666
Contas a receber partes relacionadas	15	506	-
Despesas antecipadas	8	309	214
Impostos a recuperar	-	3.916	1.778
Outras contas a receber	-	187	371
Total do ativo circulante		**123.838**	**167.916**
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	-	3.953
		-	3.953
Imobilizado	9	10.791	7.525
Intangível	10	628.139	533.872
		638.930	541.397
Total do ativo não circulante		**638.930**	**545.350**
Total do ativo		**762.768**	**713.266**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022	2021
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	83	-
Debêntures	17	504	957
Fornecedores e outras contas a pagar	12	7.214	20.077
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	13	982	902
Obrigações fiscais	14	1.326	1.338
Direito de outorga concessão	10	10.951	10.535
Obrigações com o poder concedente	-	300	342
Total do passivo circulante		**21.360**	**34.151**
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	8.323	-
Empréstimos e financiamentos	16	14	-
Debêntures	17	342.377	318.066
Direito de outorga concessão	10	221.296	222.419
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	19	59	-
Obrigações com Infraestrutura a realizar	18	3.028	114
Total do passivo não circulante		**575.097**	**540.599**
Patrimônio líquido	**20**		
Capital social	-	146.010	146.010
Reserva legal	-	1.016	-
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	19.285	-
Lucro (Prejuízo) acumulado	-	-	(7.494)
Total do patrimônio líquido		**166.311**	**138.516**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**762.768**	**713.266**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	21	102.458	67.436
Receitas com construção e infraestrutura	21	111.588	142.616
Receitas extraordinárias	21	136	-
Custos com construção e infraestrutura	22	(111.588)	(142.616)
Custos dos serviços prestados	22	(30.135)	(21.516)
Resultado bruto		72.459	45.920
Despesas gerais e administrativas	22	(29.742)	(23.771)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		42.717	22.149
Resultado financeiro	23	(944)	(16.240)
Lucro líquido antes dos impostos		41.773	5.909
Imposto de renda e C.S. - Correntes	11	(1.702)	-
Imposto de renda e C.S. - Diferidos	11	(12.276)	(1.948)
Resultado líquido do exercício		27.795	3.961

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	27.795	3.961
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	27.795	3.961

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Reserva Legal	Reserva especial dividendos não distribuídos	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro 2021	146.010	(11.455)	-	-	134.555
Resultado líquido do exercício	-	3.961	-	-	3.961
Saldos em 31 de dezembro 2021	146.010	(7.494)	-	-	138.516
Resultado líquido do exercício	-	27.795	-	-	27.795
Reserva legal	-	(1.016)	1.016	-	-
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	(19.285)	-	19.285	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	146.010	-	1.016	19.285	166.311

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	27.795	3.961
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações do imobilizado	1.867	1.436
Amortização do Intangível	25.284	16.652
Baixas ativos imobilizados e Intangíveis líquidos	157	80
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.276	1.948
Juros de debêntures	42.968	44.992
Custos de transação com financiamentos	2.354	(24.525)
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	-	330
Provisão para manutenção em rodovias	2.914	114
Aumento líquido (redução) dos ativos operacionais:		
Estoques	4	-
Operações a receber	(896)	(5.666)
Contas a receber partes relacionadas	(506)	-
Despesas antecipadas	(95)	(2)
Outras contas a receber	180	(319)
Impostos a recuperar	(2.138)	(1.563)
Aumento líquido (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(12.863)	10.232
Obrigações trabalhistas e sociais	80	626
Obrigações fiscais	(12)	771
Outras contas a pagar	2.132	2.996
Pagamento de juros de empréstimos e financiamento	(27)	(1.345)
Pagamento outorga fixa concessão	(10.779)	-
Pagamento de juros debêntures	(21.464)	(16.444)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	69.231	34.274
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(5.248)	(4.631)
Adições ao intangível	(111.636)	(142.616)
Caixa líquido (utilizado) oriundo das atividades de investimento	(116.884)	(147.247)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capitação de empréstimos e financiamento	124	-
Captações de debêntures	-	315.000
Pagamento de principal de empréstimos e financiamento	-	(90.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	124	225.000
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(47.529)	112.027
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	159.887	47.860
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	112.358	159.887
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(47.529)	112.027

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas		
Prestação de serviços	111.973	73.762
Receita dos serviços de construção	111.588	142.616
Outras receitas	6	(52)
	223.567	216.326
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(15.338)	(12.584)
Custos dos serviços de construção	(111.588)	(142.616)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.415)	(4.549)
Outros	-	(1)
	(132.341)	(159.750)
Valor adicionado bruto	91.226	56.576
Depreciações e amortizações	(27.151)	(18.088)
Valor adicionado líquido produzido	64.075	38.488
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	24.697	16.005
	24.697	16.005
Valor adicionado total a distribuir	88.772	54.493
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	6.998	5.784
Benefícios	2.209	1.730
FGTS	511	396
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	19.635	6.026
Estaduais	59	45
Municipais	5.600	3.689
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	25.510	32.244
Aluguéis	455	618
Remuneração de capitais próprios		
Resultado líquido do exercício	27.795	3.961
	88.772	54.493

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. ("Companhia") é uma Companhia Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020. A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 ("Edital"), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão ("Rodovia e "Concessão"); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020. A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER). O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses: • Pela presença do interesse público, devidamente justificado; • Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e • Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado. Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração. Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em três frentes: • Frente de melhorias operacionais; • Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; e • Frente de serviços operacionais. Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato. Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: Pagamento de direito de outorga no valor total de R$ 605.306, dos quais R$ 115.008 foram pagos à vista e o saldo devedor em 29 parcelas anuais, reajustadas pela variação do IPCA a partir de 2021. Apesar de não possuir compromisso contratual de registro simples na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui o compromisso, contratual, de seguir as regras constantes da Cartilha de Governança Corporativa da CVM.

2. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 20 de fevereiro de 2023.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 9** – Imobilizado; • **Nota Explicativa nº 10**– Intangível; e • **Nota Explicativa nº 11**– Ativos e passivos fiscais diferidos.

5. Principais políticas contábeis - Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida serão testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *ímpairment*, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços:** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – "Contratos de Concessão", não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário prestar serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Esse direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nessa circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. **Direito de outorga:** O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 10). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas. O direito de outorga da concessão será amortizado, de forma linear, pelo tempo de concessão. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **Gastos subsequentes:** Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base no prazo de concessão. A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável. **Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e • Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)	
Computadores e periféricos	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

Ativos financeiros – não derivativos: Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: **(i)** novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2020 não gerou impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está abaixo do registrado (*impaired*), um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. **Provisões gerais:** As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado. **Provisão de manutenção – contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade, ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos, a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos dos empréstimos serão capitalizados durante a fase de construção. **Receita operacional - Receita de pedágio:** A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços. A receita será reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. **Receita de construção:** Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. A Companhia não irá reconhecer margem de lucro por considerar que tais valores serão irrelevantes, considerando-a zero. Os custos dos contratos serão reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem